

## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE EM DOIS MOMENTOS IDENTITÁRIOS

Luciana Ribeiro de Souza<sup>1</sup>

### Resumo

São Tomé e Príncipe é um arquipélago que, atualmente, produz diferentes manifestações culturais, no entanto, essa sociedade encontra inúmeras dificuldades para divulgá-las. Isso ocorre principalmente pelo fato de que durante os 500 quinhentos anos de colonização, o povo que constitui essa sociedade perdeu muito de sua identidade cultural, linguística, religiosa, etc. Independentes desde 1975, eles têm como desafio constante derrubar as amarras coloniais e fazer valer o seu patrimônio cultural, incluindo-se aí todos os fatores identitários. Nessa direção, este trabalho tem como objetivo analisar, com base em Ferreira (1977; 1989) e Mata (1993; 1998), dois momentos da identidade santomense<sup>2</sup>, respectivamente, no período colonial e no período pós-colonial. Para tanto, foram selecionados como cópula desta proposta dois poemas de Marcelo da Veiga (período colonial) e dois poemas de Jerónimo Salvaterra (período pós-colonial). Busca-se, especificamente, verificar: (i) a língua como fator de identidade, com especial atenção ao período colonial; (ii) o modo como os santomenses assimilaram a independência; (iii) as expectativas desse povo quanto a esse momento histórico.

**Palavras-chave:** São Tomé e Príncipe, período colonial, período pós-colonial, língua, identidade.

### Abstract

Sao Tome and Principe is an island that currently produces different cultural manifestations, however, this society faces many difficulties to divulge it. This occurs mainly because during the 500 years of its colonization, the people from Sao Tome and Principe lost their cultural, linguistic and religious identity. Since their independence in 1975, they have face the challenge to break free from the colonial bondage and increase the value of their cultural legacy, including identity related factors. Given this background and based on Ferreira (1977; 1989) and Mata (1993; 1998), this paper aims at analyzing two moments of the Santomean identity in the colonial and post-colonial periods. The corpus consists of two poems by Marcelo da Veiga, from the colonial period, and two poems by Jeronimo Slavaterra, from the post colonial period. More specifically, this paper aims at verifying (i) the language as the factor of identity, with especial attention to the colonial period; (ii) how the Santomean assimilated the independence; (iii) the expectation of this people regarding this historic moment.

**Key words:** Sao Tome and Principe; colonial period; post colonial period; language; identity.

---

<sup>1</sup> Doutoranda, com bolsa Capes, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Contato: lucianalettras@gmail.com.

<sup>2</sup> O gentílico são-tomense ou santomense é utilizado quando se faz referência, em contexto nacional, à Ilha de São Tomé ou à Ilha de Príncipe. Quando a referência à última é particular, o adjetivo utilizado é principense.

## Considerações iniciais

Definir a identidade de um povo é uma tarefa bastante complicada, sobretudo quando se considera o processo de globalização que envolve o mundo moderno, pois nele as culturas estão, cada vez mais, intrinsecamente relacionadas.

Essa definição fica ainda mais complexa quando se busca verificar a identidade de uma sociedade cuja história foi construída pelas mãos de colonizadores ávidos por terras e por riquezas alheias. Afinal, todas as sociedades submetidas ao sistema colonial tiveram de assimilar a língua, a cultura, a religião e o que mais seus dominadores julgassem necessário para suprir os interesses da metrópole. Dessa forma, os habitantes dessas sociedades deixavam de lado suas verdadeiras identidades para viver a identidade do outro. Corbisier (1967:8) afirma que o colonizado é “ocupado, invadido, dominado, sem condições para reagir, nem ideológicas nem materiais, não pode evitar que o colonizador o mistifique, impondo-lhe a imagem de si mesmo que corresponde aos interesses da colonização e a justifica. O colonizado se perde no ‘outro’, se aliena”. Não foi diferente em São Tomé e Príncipe<sup>3</sup>, colonizado a partir de 1473, onde a identidade dos colonos foi pouco a pouco se perdendo na do outro.

Os santomenses conheceram a independência em 1975, mas o caso é se, de fato, eles conseguiram desvencilhar-se das amarras impostas durante 500 anos pelo colonizador. A pergunta é quais seriam as suas expectativas diante da liberdade.

Essas questões suscitaram o desenvolvimento deste trabalho que busca observar dois momentos da história santomense, o período colonial e o período pós-colonial, a fim de verificar um dos principais fatores identitários de um povo, a língua, e, além disso, verificar as expectativas da sociedade quanto à independência e às suas consequências.

Os objetos de estudo deste trabalho foram selecionados na literatura santomense porque, em geral, a literatura traduz em sua essência as influências do contexto em que foi produzida. Por meio dela, pode-se, muitas vezes, reconhecer os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos de uma civilização, de uma comunidade ou de um indivíduo em particular. Assim sendo, para análise deste trabalho foram escolhidos os poemas *A língua própria* (1963) e *O idioma é a pátria* (1967)<sup>4</sup>, de Marcelo da Veiga, do período colonial, e

---

<sup>3</sup> Um dos cinco países integrantes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

<sup>4</sup> Ambos os poemas constam do livro *O Canto do Ossôbó*, organizado por Manuel Ferreira, 1989.

os poemas *A Ilha do amanhã* (1990) e *Leitura/Desenvolvimento* (2001), de Jerónimo Salvaterra, do período pós-colonial.

A base teórica para a análise aqui proposta está fixada em Ferreira (1977, 1989) e Mata (1993, 1998), mas sempre que necessário, tendo em vista a dificuldade de se garimpar informações referentes a São Tomé e Príncipe, outros autores serão consultados.

Antes do estudo proposto, apresenta-se uma descrição compilada de São Tomé e Príncipe e de sua literatura, para efeito de contextualização.

### **O contexto histórico de São Tomé e Príncipe**

As ilhas de São Tomé e Príncipe, situadas no Golfo da Guiné, foram descobertas pelos portugueses João de Santarém e Pedro de Escobar, entre 1470 e 1472, mas somente em 1493 foram, de fato, colonizadas. De acordo com Seibert (1995: 240) “na altura da chegada dos Portugueses nos fins do século XV, o arquipélago muito provavelmente não era habitado. Os primeiros moradores eram colonos portugueses, crianças judias, degredados e escravos do continente africano”.

Os primeiros colonizadores, ao que se sabe, mantiveram, com incentivo da coroa portuguesa<sup>5</sup>, relações íntimas com as escravas que eram capturadas na Costa da África. A intenção do rei era aumentar a população da colônia, que era muito pequena na época. Assim sendo, o primeiro grupo de nativos santomenses era composto por mestiços “de uma mestiçagem luso-africana (filhos dos donos de engenho com as escravas negras) e inter-africana (inter-étnica)” (MATA, 1998: 19). Esses mestiços, de acordo com Henriques (2000), eram chamados “mulatos”, os filhos da terra, e ressalta que não é possível afirmar que São Tomé e Príncipe seja uma sociedade criada pelos mulatos, no entanto, é evidente que, sem eles, “o arquipélago não teria podido manter a coesão estrutural que continua a ser a sua” (p. 132).

Essa sociedade, composta por senhores portugueses e negros trazidos de diferentes países africanos, tais como Angola, Cabo Verde, Moçambique, entre outros, era sustentada pelo trabalho escravo e pelo cultivo da cana-de-açúcar, que perdurou até o final do século XVI; a partir de então, o país tornou-se importante entreposto de escravos. No século XIX,

---

<sup>5</sup> Informação registrada, de acordo com Inocência Mata (1993: 54), no Livro das Ilhas, folha 199.

os principais produtos agrícolas de São Tomé e Príncipe passaram a ser o café e o cacau, produtos cultivados nas roças, que subsistiram às antigas *lòças*<sup>6</sup>.

Embora São Tomé e Príncipe mantivesse um regime escravocrata, alguns negros que ganhavam a liberdade conseguiam adquirir até mesmo direitos políticos, outros, herdeiros dos antigos engenhos, adquiriam poderes econômicos e passavam a constituir a aristocracia mestiça do país (MEMMI, 1967).

Em 1876, com a abolição da escravidão, foi implantado o regime de contratados, um sistema em que os negros eram contratados como serviçais para trabalhar nas roças.

Muitas revoltas foram registradas durante os 500 anos de colonização portuguesa, mas a falta de organização entre os participantes dos movimentos impediu que eles tivessem sucesso. Em 1960, surgiu um grupo que de fato se opunha aos ditames portugueses, e esse grupo, de ideologia marxista, deu origem ao Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), que culminou, em 12 de julho de 1975, com a independência do país.

Em 2014, o arquipélago contava com uma população de aproximadamente 190 mil habitantes<sup>7</sup>. E mesmo sendo portador de uma riqueza mineral de importante valor econômico, o petróleo, o país continua dependente de ajudas externas, pois apresenta uma frágil situação financeira, sendo prova disso o fato de que mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza.

## **A Literatura santomense**

As primeiras obras literárias do arquipélago datam do início do século XIX e foram produzidas por autores portugueses que moraram alguns anos no país, como António Lobo de Almada Negreiros, que escreveu *Equatoriaes* (1896), o primeiro livro de poemas relacionado a São Tomé e Príncipe.

Não havia nem infraestrutura nem incentivo para os autores santomenses desenvolverem seus trabalhos. Os poucos que se aventuravam nessa arte eram aqueles que residiam em Portugal, como Caetano da Costa Alegre, precursor da literatura santomense e o primeiro autor a tratar da questão da negritude.

---

<sup>6</sup> Termo crioulo santomense que designa o local em que a prática agrícola era de subsistência.

<sup>7</sup> Fonte: Cia – The World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/tp.html>. Acesso em: 24 out. 2014.

Os trabalhos literários dos autores santomenses não alcançaram prestígio no período colonial. Segundo Mata (1993), muitas obras foram publicadas anos depois de terem sido escritas, como é o caso do já citado Caetano da Costa Alegre, que teve seu único livro, *Versus*, publicado postumamente em 1916, e Marcelo da Veiga, um dos autores cuja obra foi escolhida para este estudo. Manuel Ferreira, ao organizar os cadernos de poesia deste autor, encontrou entre os escritos do autor a seguinte anotação: “O poeta preto escreve para o futuro / Que ainda hoje é cativo / E deve ser directo” (1989: 20).

Compreende-se que Veiga e provavelmente outros autores da literatura santomense, que produziram no final do século XIX e quase a metade do século XX, ao desenvolverem seus projetos, mantinham esse sentimento de impossibilidade de fazer ecoar as suas vozes no momento em que os produziam.

Somente em 1942, com *Ilha de Nome Santo*, de Francisco José Tenreiro, a literatura santomense começou ser de fato definida, mas, ainda assim, muitos autores não são reconhecidos fora do país.

Nessa época (período colonial), a poesia era o gênero que, apesar das inúmeras dificuldades, mais contribuiu para os registros literários do país. Essa poesia foi “construída apenas por negros ou mestiços, este punhado de poetas *balizou* a área temática no centro do universo da(s) sua(s) ilha(s) e *organizou* um signo cuja polissemia é de uma África violentada, inchada de cólera, a esperança feita revolta” (FERREIRA, 1977: 81, grifo do autor)

O gênero narrativo, que era modesto na época colonial, ganhou impulso no período pós-colonial. Jerónimo Salvaterra, autor que também foi escolhido para este trabalho, publicou, em 1995, sua primeira obra, *Tristezas não pagam dívidas*, uma coletânea de contos e lendas de São Tomé e Príncipe.

Em muitas dessas obras, seja do período colonial seja do pós-colonial, o tema é o lirismo, mas o que se destaca em quase todas é a denúncia do caos social. Os problemas enfrentados pelos santomenses são marcas de um passado e fazem parte da reconstrução histórica dessa sociedade, com reflexos facilmente observados na atualidade. São essas marcas reveladas na literatura que contribuem para o conhecimento da realidade de São Tomé e Príncipe. Essa é a razão pela qual o *córpus* de análise deste trabalho foi selecionado na literatura.

## Os autores selecionados

As informações referentes a Marcelo da Veiga estão em Ferreira (1989). Segundo o autor, Marcelo Francisco Veiga da Mata nasceu na Ilha do Príncipe em 1892. Morou em Portugal dos 11 aos 30 anos de idade. Regressou ao seu país de origem, por volta de 1928. Foi preso em 1959, por fazer parte dos movimentos públicos que denunciavam a situação econômica do país. Retornou a Portugal em 1962, onde permaneceu até 1971. Nesse período escreveu grande parte de sua obra.

De acordo com Mata (1998: 47), o autor é “o mais prolífero e o mais multifacetado escritor são-tomense”, pois, dentre outros aspectos, sua obra trata da identidade cultural, do nacionalismo e das reivindicações do povo santomense. Em 1963, Alfredo Margarido, escritor e ensaísta português, incluiu Veiga na antologia *Poetas de S. Tomé e Príncipe*. Essa produção e outros poemas escritos ao longo de sua vida, cujo primeiro, *Evocação*, data de 1917, foram organizados por Manuel Ferreira e publicados em 1989, no livro *O Canto do Ossôbo*<sup>8</sup>. Dentre esses poemas, dois foram escolhidos para este estudo: *A língua própria* (1963) e *O idioma é a pátria* (1967).

Manuel Jerónimo Salvaterra Júnior, também conhecido como Nelito, nasceu em 1953. De acordo com informações contidas em *A Ilha do Amanhã* (2001), ele estudou Ciências da Educação na Escola do Magistério Primário de São Tomé e Príncipe, especializou-se em Educação, na Fundação Cenafôr, Brasil, e em Inspeção Escolar, na Universidade de Aveiro, Portugal. Integrou, como professor, o Quadro da Escola de Formação e Superação de Quadros Docentes, exercendo também a função de diretor. Atualmente, ele exerce, em São Tomé e Príncipe, a função de Inspetor-Chefe da Educação<sup>9</sup>. Sua primeira obra, *Tristezas não pagam dívidas*, foi recomendada para publicação no concurso *Vozes das Ilhas*, realizado pela UNEAS (União Nacional dos Escritores e Artistas Santomenses), em 1990. De lá para cá, publicou, dentre outras obras, *Mangungo: Mitos e Cultura de S. Tomé e Príncipe*, e *A Ilha do Amanhã* (coletânea de poemas), ambas de 2001<sup>10</sup>. Os poemas *A Ilha do Amanhã* (1990) e *Leitura/Desenvolvimento* (2001), observados neste estudo, são parte integrante desta última obra.

---

<sup>8</sup> Ave de beleza singular cujo canto anuncia a chuva. É também conhecida como pássaro da chuva.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte49g.htm>. Acesso em: 18 nov. 2014.

<sup>10</sup> *Idem*.

## Dois momentos da identidade santomense

Os poemas abaixo são de Marcelo da Veiga, e ambos têm a mesma temática: a língua. Uma leitura nestas bem traçadas linhas revela muito do que era e, em parte, continua sendo a questão da língua para o povo santomense durante o período colonial.

### *A língua própria*

Não tem inteira independência  
Povo sem fala sua ou língua!  
É como um pomar à míngua  
De água, sem frutos, sem essência.

A língua é que é a unidade;  
Ela é que é a consciência  
Que desde a mais tenra idade  
Diz do direito à independência

Rude? – é preciso trabalhá-la!  
Pobre? – e o esplendor dar-lhe também  
Pra se poder na própria fala,  
Nela dizer – Pátria, e Mãe!

(1963)

### *O idioma é a pátria<sup>11</sup>*

Cada um na sua língua  
É que sente a sua terra:  
A urze, está bem na serra,  
Sem gota de água, à míngua

Lá é que tem a raiz;  
E lá é que é o seu chão.  
É lá que se ouve o que se diz  
Sua alma na solidão.

O idioma estranho é o fato  
Que de outro corpo é que vem.  
Sempre é de outro por mais trato  
A um outro não fica bem.

Língua-empréstimo dá gosto  
Ao senhor dono que a tem.  
Pra o que assim a usa é desgosto,  
É nela sempre um refém. (1967)

O poeta associa, nos dois poemas, a língua à natureza: no primeiro, compara “o povo sem fala sua ou língua” a um pomar à míngua, ou seja, da mesma forma que um pomar sem água acaba secando, um povo que não pode usar a sua língua perde a essência, seca. Nas duas primeiras estrofes do segundo poema (*O idioma é a pátria*), a comparação entre a língua e a natureza deixa ainda mais evidente essa questão, pois o elemento comparativo é a urze, que está na serra, sem gota de água, no entanto, é lá que tem raiz, é lá que é o seu chão, é lá que se ouve o que se diz, ou seja, mesmo estando sem água, a urze sobrevive, pois está em seu território. Esse mesmo conceito aplica-se ao povo: “cada um na sua língua / é que sente a sua terra”, independentemente das dificuldades que venha a passar.

Compreende-se por aí que a língua é um dos principais fatores da identidade de um povo. Em São Tomé e Príncipe esse elemento identitário teve e tem um percurso comum

---

<sup>11</sup> A mesma temática observada no poema *O idioma é a pátria* surgiu, com algumas diferenças, nos poemas *O idioma alheio* e *Cada um na sua língua*, do mesmo autor.

aos países que foram colonizados (no sentido da obrigatoriedade, pois todos os países colonizados sofreram o abalo da imposição), entretanto, cada um construiu a sua história particular.

A questão da identidade linguística começou em São Tomé Príncipe, em 1493, época, como já dito anteriormente, na qual, além dos portugueses, o país abrigou povos de diferentes etnias. Assim sendo, o português, língua do colonizador, coexistiu com algumas línguas crioulas, tais como o forro, o angolar, o lunguyé e o crioulo de Cabo Verde. O país era composto por dois grupos, um que falava a língua portuguesa e outro que falava uma multiplicidade de línguas originárias das diferentes regiões da África.

É sabido que, como afirma Ferreira (1989: 29), “o colonialismo é a negação da personalidade do outro. [...] Altera os hábitos sociais, [...] impõe novos padrões de cultura e substitui a língua”. Não foi diferente em São Tomé e Príncipe, em que a língua portuguesa foi imposta aos colonos, deixando à margem as línguas crioulas que mantinham o caráter identitário dos escravos, como bem destaca Veiga: “O idioma estranho é o fato / Que de outro corpo é que vem / Sempre é de outro por mais trato / A um outro não fica bem”.

O português era usado em todos os setores administrativos, comerciais e nas cerimônias religiosas, mas no cotidiano a língua falada apresentava um reflexo da mistura étnica que convivia no arquipélago.

A situação na colônia era a seguinte: os africanos, falantes de suas línguas nativas, mas obrigados a utilizar a língua portuguesa, precisavam comunicar-se uns com os outros, e, para satisfazer essa necessidade de contato, eles criaram um *pidgin*, ou seja, uma língua que misturava um pouco de cada língua e permitia a comunicação entre eles.

A coexistência do português com as línguas crioulas configura ainda o bilinguismo. Esse bilinguismo não representa o convívio de duas línguas (a materna e a do colonizador), como normalmente ocorre, mas sim um conflito intenso em que os léxicos se misturaram de forma tal que acabaram por criar um falar diferente, que não é nem do africano nem do português, mas um falar específico de São Tomé e Príncipe. Segundo Memmi (1967: 97), “o bilíngue colonial só se salva do enclausuramento para sofrer uma catástrofe cultural, jamais completamente superada”.

Esse falar específico de São Tomé e Príncipe fez com que a língua portuguesa santomense apresentasse, sobretudo na escrita, palavras ou expressões que não eram

facilmente entendidas por pessoas que não a usavam. Constituía uma variedade linguística que apresentava diferenças não só lexicais, como também morfológicas, sintáticas, fonológicas e semânticas.

Espírito Santo (1985: 258) dá a seguinte explicação para essas mudanças:

a língua portuguesa serve o povo de S. Tomé e Príncipe adaptando-se aos seus mais altos interesses. Em contacto com novas realidades e ideias, apetrecha-se de um novo e variegado léxico, realçando-se as profundas alterações que sofre a nível da gramática, o que significa que os actos linguísticos, por estarem directamente vinculados às impressões e vivências são actos de criação.

Essa língua, na realidade, não é nem a “língua-empréstimo”, a qual o poeta se refere no último verso do poema *O idioma é a pátria*, nem a “língua raiz”. É, pois, uma língua local, criada a partir das diferenças linguísticas que coabitavam as Ilhas, que permitia o contato entre os africanos que por lá viviam.

Entende-se por “língua-empréstimo” a língua que, como diz o poeta, “dá gosto ao senhor dono que a tem”, mas para aquele “que a usa é sempre um refém”. “Língua raiz” é a língua crioula (ou cada uma das línguas crioulas que se intercruzavam na comunicação diária). São Tomé, assim como Cabo Verde, teve uma “crioulização rápida” pela grande quantidade de escravos de etnias diferentes que foram subtraídos a outras culturas. (LUCCHESI, 1994: 65).

Segundo Ferreira (1989: 20), embora Veiga amasse “os valores culturais de seu povo”, incluindo aí o forro, idioma pátrio, “só uma vez se viu tentado a escrever um poema completo em crioulo de S. Tomé e Príncipe. [...] Mesmo assim, *houve* algumas dúvidas, isto é, se o poema *era* de sua autoria ou se *era* uma expressão da literatura oral santomense”. Ferreira (1989: 20) questiona o porquê desta “secundarização do crioulo”. E ele mesmo responde com uma interrogação: Será que Veiga “sentir-se-ia mais à vontade para utilizar uma língua suficientemente ductilizada e que ele dominava não como língua de empréstimo, mas como língua de raiz?” Ou será que ele tinha a “convicção de que literariamente o crioulo não teria adquirido o prestígio de língua literária?”

Essa questão tem amplo valor de significação quando considerado o fato de que Marcelo da Veiga estudou e morou por vários anos em Portugal. Nesse percurso, aprendeu a dominar, tanto na escrita quanto na oralidade, a língua portuguesa padrão (o português

européu). Assim como o poeta, todos os intelectuais do país usavam a língua portuguesa como se ela fosse a língua nativa de cada um deles; usavam-na no trabalho, no comércio, no lazer e no convívio social, mas sabiam que ela não era a língua original de seus povos, e tampouco a língua falada em São Tomé e Príncipe. Por outro lado, eles sabiam que o uso normativo é que permitia aos santomenses participar das estreitas relações sociais, políticas e econômicas que envolviam suas realizações humanas.

Nessa relação fica evidente o poder da “língua-empréstimo”, pois, se o nativo quisesse falar ou escrever em sua língua raiz ou mesmo no português usado no país, ele não poderia ter nenhuma participação social, por menor que fosse, ou seja, falar a língua portuguesa era uma das condições para que o indivíduo conseguisse algum privilégio administrativo ou social. As línguas crioulas não eram consideradas pela metrópole, eram línguas sem valor.

A desvalorização das línguas africanas chegou ao extremo ao ser instituído, em 1927, o decreto lei 12533<sup>12</sup>, que concedia direito de cidadania portuguesa ao africano que, dentre outros requisitos, soubesse “falar correctamente a língua portuguesa” (MOREIRA, 1955: 221)

Se a língua é, como sugere o poeta, a unidade de um povo, pois “expressa o mundo em que vive o sujeito falante (o ambiente humano, natural, social, psicológico, cultural, histórico; *mudivivencial*, enfim)” (MATA, 1998: 121, grifo da autora), então, como se sentiam os africanos de São Tomé e Príncipe, um povo que perdeu “a unidade”, perdeu a referência da própria história de vida e teve que assimilar, além do “idioma estranho”, os fragmentos de outras histórias? Esse povo se resignou e seguiu em frente, mas porque não havia outra opção.

Após a independência, em 1975, a língua portuguesa tornou-se oficial no país. A intenção, a princípio, era utilizá-la para assuntos e documentos formais. No entanto, hoje ela é utilizada por quase todos os habitantes das ilhas, (98,4% da população)<sup>13</sup>. As línguas crioulas ainda resistem nessa sociedade, embora sejam faladas, na maioria das vezes, apenas pelos mais antigos. O angolar e o lunguyê são raramente utilizados pela população

---

<sup>12</sup> O decreto lei 12533 instituiu, em 1926, O Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique. Em 1927, foi adotado em São Tomé e Príncipe. Esse decreto buscou regularizar a situação dos indígenas (todas as pessoas de raça negra ou dela descendentes). D.G.nº. 237, Ia.Série, de 23.10.1926, p1667-1670 – Boletins Oficiais.

<sup>13</sup> Fonte: Cia – The World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/tp.html>. Acesso em: 24 out. 2014.

jovem, e os mais velhos utilizam essas línguas apenas em situações familiares. O forro, como é recuperado nas canções populares e nas manifestações folclóricas, é a língua crioula mais presente entre os santomenses, embora tenha passado por uma “descaracterização, talvez própria da dinâmica linguística e social, própria de uma sociedade que passou por um processo tão rápido de massificação do ensino e de liberalização do acesso à palavra” (MATA, 1998: 33)

Apesar da independência e de quase 100% dos habitantes usarem a língua portuguesa como oficial, São Tomé e Príncipe não conseguiu ainda resgatar totalmente o seu patrimônio cultural (incluindo-se aí todas as manifestações culturais). Há dificuldades internas para edificar antigas tradições e, principalmente, para exportar a cultura santomense. Isso ocorre, muito provavelmente, por conta da

situação de invisibilidade a que está relegado o continente africano diante do cenário mundial globalizado que vem servindo para reforçar o desinteresse, a desinformação e, conseqüentemente, o preconceito em relação às manifestações culturais e artísticas de seus povos, o que também compromete o conhecimento, a apreciação e o estudo de sua expressão literária. (QUEIROZ, 2009: 170)

Superar tudo isso é um processo bastante complexo, sobretudo porque, em qualquer cenário no qual a independência é o tema principal, as esperanças se renovam, criam-se expectativas relacionadas não só à língua, como também a outros fatores que congregam a sociedade. É nesse contexto que Salvaterra escreve *A Ilha do Amanhã* (1990). Nesse poema, o autor demonstra uma percepção crítica sobre o dia a dia das pessoas que habitam o arquipélago. Além disso, embora haja elementos que remetam ao período colonial, é evidente a manifestação de esperança do povo santomense:

## A Ilha do Amanhã

Enfronhadas  
entre as brumas do Atlântico  
lá no meio do Equador  
flutuam  
no risonho oceano  
o torrão pátrio  
dos santos António e Tomé.

De antigas  
e esplêndidas tradições  
fausto viveiro  
de tranquilidade e repouso  
por todos sempre admirados.

Domadores do tempo  
cujos prodígios  
de *Nhon Gato*  
*Rei Amador* e muitos outros, vicejam  
languidamente  
no pó da história:  
história de resistência e glória  
na ânsia da liberdade...

Berço incontestado  
dos *forros*, *tongas* e *gabões*,  
*n' golás* e *moncós*.  
Povo uno e dócil  
grande em seu nada  
mas rico de espírito;  
fatigados

pelas turbas das amarras  
do sangue  
do suor  
do pensamento  
colhe glorioso o 12 de julho,  
o sonho grande, o claro objecto,  
frutos de glória e de ilusões...

Mas, S. Tomé confia  
S. Tomé espera...

Espera pelas ondas do Atlântico  
que beijam todos os dias  
as suas cálidas praias  
esperando ouvir dos seus mornos lábios  
a efectivação dos seus anseios...

Mas, S. Tomé espera  
S. Tomé confia...

Confia no abrasador sol tropical  
que dardejando os seus raios sobre as Ilhas  
procura secar do humedecido solo  
o suor de quantos labutam  
na busca de melhores dias...

Mas, S. Tomé espera  
S. Tomé confia...

Confia no seu povo martirizado,  
espera pacientemente a sua hora  
nunca deixando morrer a esperança  
esperança  
que dê estabilidade  
estabilidade e vontade de trabalhar  
trabalho na paz e na equidade

S. Tomé aguarda...

Aguarda a obra que começamos  
e que só pode dar frutos com o tempo...

1990

O poema parece um pequeno resumo da história de São Tomé e Príncipe. Observa-se que na primeira estrofe, o poeta identifica o espaço no qual as Ilhas se encontram (“entre as brumas do atlântico / lá no meio do equador”) e os santos que deram nome a elas, António e Tomé.

Depois de lembrar, na segunda estrofe, a importância das tradições, Salvaterra faz alusão a dois importantes nomes de São Tomé e Príncipe: *Nhon Gato*, primeiro rei dos Lobatos, e *Rei Amador*, também chamado Rei dos Angolares. Segundo Henriques (2000),

os portugueses se apoiavam na autoridade deste último para garantir a integração das populações angolares na organização colonial. Ele chefiou inúmeras revoltas contra os colonizadores. Por sua liderança, ele foi designado nos documentos quinhentistas como Rei de São Tomé, mas a metrópole não aceitou essa designação, restringindo o seu poder ao povo angolar (um dos povos que vivia no arquipélago), que “não dispunha dos meios sociais, técnicos e financeiros para se opor às autoridades portuguesas” (HENRIQUES, 2000: 117).

Embora a ação dos portugueses revele uma marca ideológica do colonialismo, o autoritarismo, no poema o que se ressalta é a glória e a luta pela liberdade, realizada não só pelo *Rei Amador*, mas também por *Nhon Gato* e por outros homens que lutaram ao lado deles a favor da população santomense.

O povo que habitava o arquipélago surge na quarta e na quinta estrofe (*os forros, tongas e gabões, n' golás e moncós*); o poeta os qualifica como um povo “uno, dócil, grande em seu nada, mas rico de espírito”. Essas qualidades ficam mais evidentes quando se explicita o sofrimento desse povo “fatigado pelas turbas das amarras, do sangue, do suor, do pensamento”. No entanto, os 500 anos, durante os quais esse povo foi subjugado pelos portugueses, culminam, no dia 12 de julho de 1975, com a tão esperada independência.

A partir daí, nascem expectativas quanto ao futuro, afinal, como será o amanhã de um povo cheio de anseios, mas, muito provavelmente, cheio de inseguranças também? Essas expectativas são reveladas a partir da sexta estrofe: São Tomé confia, São Tomé espera que venha de fora do país o reconhecimento e a efetivação dos seus anseios (tornar-se um povo independente, que existe e que produz); São Tomé confia no sol abrasador, que pode contribuir para que eles continuem desenvolvendo práticas agrícolas e possam exportar suas colheitas (produtos tropicais) visando à busca de melhores dias; São Tomé confia em seu povo que, embora tenha sido martirizado durante anos, não há de perder a esperança e a vontade de trabalhar em “paz” (sem imposições) para consolidar o país. Tudo isso é resumido com coerência nos versos finais: São Tomé aguarda “a obra que começamos / e que só pode dar frutos com o tempo...”.

Compreende-se que a independência trouxe a liberdade, a esperança, novas expectativas, mas trouxe também a incerteza do amanhã, a incerteza de como fazer para consolidar o patrimônio social e cultural anulado por centenas de anos. Um bom exemplo

dessa dualidade é o poema *Leitura/Desenvolvimento*, escrito por Salvaterra em 2001. Esse poema fala indiretamente da língua, mas enquadra-se muito bem na situação do país independente.

### *Leitura/Desenvolvimento*

Dos quatro cantos das Ilhas  
dos *funcá-funcá* dos *luchans*<sup>14</sup>  
que a leitura seja a luz que nos alumia,  
o sol que aquece os nossos corações.

E tu, estudante,  
segue a estrada luminosa  
do conhecimento, da verdade da justiça,  
e sentirás a tua alma alva e pura.

O ancião,  
mesmo de bengala na mão,  
não feneça na ignorância  
cultive o espírito do saber  
legando para o porvir  
a doutrina do entendimento.

Aqueles que moram nas trevas  
no palácio da incerteza  
vegetam na turvação de ideias  
na bruma da contingência...

E tu, garoto de rua,  
vai para a biblioteca, rapaz,  
e desenvolva o País.

E tu, jovem,  
espelho viçoso da sociedade,  
mergulha nas páginas douradas do saber  
e afoga-te no oceano da ciência.  
Do fundo do meu coração desejo:

Que a leitura seja farol do Mundo  
e que os homens encontrados  
sejam clarão sem fim!

(2011)

Nota-se que, apesar de todas as dificuldades e frustrações que o povo santomense enfrentou e ainda enfrenta, pois um país colonizado guarda para sempre marcas desse período, é notável a esperança depositada, sobretudo nos jovens, de construir uma

---

<sup>14</sup> Funcá-funcá – beco; viela. Luchans – vilas santomenses.

sociedade melhor, uma sociedade una, que tem um patrimônio a ser edificado e respeitado. E isso, como se pode observar nas palavras do poeta, nasce da comunhão entre o desejo de mudança e o desejo de estudar, forma ímpar de obter novos saberes e de contribuir para um mundo melhor, não só para si, mas também para os outros. As palavras do poeta soam como um incentivo aos estudantes, aos jovens, aos anciãos, que podem renovar ou relembrar seus conhecimentos, e até mesmo aos garotos de rua, que podem deixar a vida vazia das ruas para contribuir com o desenvolvimento do país.

Provavelmente, os mais jovens não tenham a mesma opinião que os mais velhos no que diz respeito a questões coloniais, isso porque eles nascem em um país que já está livre das amarras coloniais e entram em contato com uma língua que parece ser natural de seu povo, mas se houver interesse pela leitura e pelos estudos, não há como não ter conhecimento da história real de sua sociedade, das verdadeiras tradições, das lutas, das dificuldades, das línguas crioulas, dos preconceitos, etc.

Com o passar do tempo, os novos saberes adquiridos podem contribuir para a solidificação do país, ideia reiterada nas estrofes finais do poema: “mergulha nas páginas douradas do saber / e afoga-te no oceano da ciência / que a leitura seja farol do Mundo / e que os homens encontrados / sejam clarão sem fim”. Esse é o caminho para que os santomenses construam o sentido de sua nação, pois, como sugere Hall (2006), ao produzir sentidos sobre “a nação”, eles constroem ou reconstróem sua identidade. Esses sentidos podem edificar-se a partir da leitura e dos estudos, afinal, os registros dessa sociedade “estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006: 51).

Depreende-se pelo exposto que o conhecimento adquirido por meio da leitura pode, em grande parte, contribuir para realizar as esperanças e as expectativas que desde a independência, em 1975, são inerentes aos habitantes de São Tomé e Príncipe, e que muitas vezes são anuladas pelo preconceito alheio.

### **Considerações finais**

São Tomé e Príncipe, como se mostrou, não tinha um idioma que era próprio das Ilhas, pois o arquipélago não era habitado na época da descoberta. A população que ali se formou era composta por diferentes etnias, e isso fez que desde o início houvesse no país

uma grande miscigenação identitária, mistura na qual se sobressaiu, por imposição, a identidade do colonizador (português).

Assim sendo, esse povo foi tolhido de liberdade, obrigado a aceitar, a assimilar e a usar uma língua que não era a sua, mas que lhe permitia, com diferentes adaptações, o contato e a sobrevivência em uma sociedade que vivia sob imposições cruéis. O domínio da metrópole não sufocou apenas o direito de cada povo usar a sua língua, mas toda e qualquer manifestação identitária. As línguas nativas não deixaram de existir, mas eram usadas raramente e em locais restritos, por medo da punição. O resultado disso foi uma diminuição gradativa dos elementos de identidade (culturais, religiosos, etc.) das comunidades que ajudaram a construir a história de São Tomé e Príncipe.

Trata-se de uma situação complexa, pois o conflito interno dessas pessoas é irrecuperável, difícil ou quase impossível de ser explicado. Para os contemporâneos, provavelmente esses dados não sejam tão alarmantes, como foram no passado colonial, afinal, eles nasceram em outra realidade, que a muitos parece natural. A percepção de que essa realidade não é nata, mas sim uma miscigenação nascida na dor, depende do interesse de cada um na história de seus antepassados, depende de perguntas que muitas vezes ficaram e continuam sem respostas, e, sobretudo, do contexto histórico, pois este ajuda a reconstruir e manter viva a identidade de um povo.

Ao que parece, a mola propulsora para edificar o patrimônio histórico e cultural dessa sociedade está justamente na língua, pois, como destaca Salvaterra, é na leitura e na busca de novos conhecimentos que o povo há de resgatar sua verdadeira história e tradições, e, cada vez mais, dar sentido para sua nação. Assim, ela será reconhecida e valorizada em qualquer lugar do mundo.

### **Referências Bibliográfica**

CORBISIER, Roland. Introdução do livro Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. In: MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra Ltda., 1967.

ESPÍRITO SANTO, Carlos. Situação Actual da Língua Portuguesa nas Ilhas de S. Tomé e Príncipe. In: *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, Vol. I. Lisboa, 1985.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I*. Portugal: Bertrand, 1977.

FERREIRA, Manuel . Contextualização da Língua Portuguesa. In: *O Discurso no Percurso Africano*. Lisboa: Plátano, 1989.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENRIQUES, Isabel Castro. *São Tomé e Príncipe: a invenção de uma sociedade*. Lisboa: Vega Editora, 2000.

LUCCHESI, Dante. Os artigos nos crioulos de Cabo Verde e São Tomé: princípios gerais e fatores específicos. Brasília: Thesaurus Editora. PAPIA – *Revista de Crioulos de Base Ibérica*. v. 3, nº 1, 1994, p. 65-\*\*.

MATA, Inocência. *Emergência e Existência de uma Literatura: o caso santomense*. Linda-A-Velha: ALAC – África, Literatura, Arte e Cultura, Lda., 1993.

MATA, Inocência. *Diálogo com as Ilhas (sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Tradução Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda., 1967.

MOREIRA, Adriano. *Administração da Justiça aos Indígenas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar: Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955.

QUEIROZ, Amarino Oliveira de. O. Onde canta o ossobó: vozes literárias femininas do arquipélago de São Tomé e Príncipe. In: SONCELLA, Josely Bogo Machado (Org.). *Literatura Portuguesa III: letras*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009, p. 168-175.

SALVATERRA, Jerónimo. *A ilha do amanhã*. São Tomé: Instituto Camões – Centro Cultural Português em S. Tomé e Príncipe, 2001.

SEIBERT, Karl Gerhard. A política num Micro-Estado: São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na gênese dos partidos políticos. In: CAHEN, Michel. *Transitions Liberales en Afrique Lusophone*. Paris: Editions Karthala, 1995. p. 239-250.

VEIGA, Marcelo da. *O Canto do Ossobó*. (Org.) Ferreira, Manuel. Linda-A-Velha: ALAC – África, Literatura, Arte e Cultura, Lda., 1989.

#### **Sites consultados:**

[http://www.indexmundi.com/pt/sao\\_tome\\_e\\_principe/populacao.html](http://www.indexmundi.com/pt/sao_tome_e_principe/populacao.html) Acesso em: 20 set. 2014.

<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/resu9514.html>. Acesso em: 24 de set. 2014.

[http://www.indexmundi.com/pt/sao\\_tome\\_e\\_principe/populacao\\_abaixo\\_do\\_nivel\\_de\\_pobreza.html](http://www.indexmundi.com/pt/sao_tome_e_principe/populacao_abaixo_do_nivel_de_pobreza.html) Acesso em: 12 out. 2014.

<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/tp.html>.  
Acesso em: 24 out. 2014

<http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte49g.htm>. Acesso em: nov. 2014.